

A CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA BOLSA-ESCOLA NO COMBATE À POBREZA SOCIAL E EDUCACIONAL

Joventino dos Santos Silva*

RESUMO: *Este trabalho é resultado de pesquisa de conclusão de curso referente ao Programa de Garantia de Renda Mínima Vinculado à Educação – Bolsa-Escola (BE) do governo federal. Buscou-se compreender o impacto em suas dimensões educacional e social, relacionando-o com o quadro de pobreza e miséria em que se encontra significativa parcela da população brasileira. A partir de uma amostra de beneficiários de duas escolas localizadas no município de Vitória da Conquista - BA, procurou-se compreender como este programa considerado como parte das políticas públicas do governo federal no âmbito educacional e social refletiu e/ou modificou as relações de bem-estar social dos envolvidos. Desta forma busca responder a seguinte questão: “Quais as maiores dificuldades enfrentadas pelos beneficiários do Bolsa-Escola (família e crianças) para continuarem os estudos e quais as suas perspectivas sócio-educativas?”. Para respondê-la, foi utilizado, como base para as análises e discussões, as representações das famílias investigadas, confrontando-as com a literatura sobre a temática. Os resultados nos permitem inferir que dificilmente programas como BE, resolverão a situação dos menos favorecidos se não houver a criação de mecanismos adequados, os quais possibilitem uma redistribuição de renda e poder, promovendo a participação política e social dos principais envolvidos, os pobres. Constatou-se, também, que, mesmo com as famílias sinalizando uma certa satisfação para com o Programa, ele não atinge a pobreza em sua origem e nem está proporcionando subsídios para que a população atendida busque alternativas para romper com a condição de penúria e miséria em que se encontra.*

Palavras-chave: Cidadania e educação; Política social; Renda mínima

1 - INTRODUÇÃO

A estruturação econômica, política e social brasileira, no decorrer de sua história, proporcionou condições muito precárias de sobrevivência a uma significativa parcela de sua população. Neste contexto, um número muito grande de brasileiros ficou, principalmente nos dias atuais, sem as condições mínimas que lhe garantissem o acesso à alimentação, moradia, educação, transporte, lazer, saúde, empregabilidade e participação social.

Um dos fatores que marcam essa situação caótica está na maneira pela qual as políticas voltadas para a área social são estruturadas, quase sempre, de forma compensatória e excludente, em que parte da população fica à margem das decisões a serem tomadas e dos benefícios proporcionados.

Em relação a este quadro, a partir dos primeiros anos da década de 80, discussões sobre a disparidade social no Brasil se alargaram. No início da década de 90, o Senador Eduardo Suplicy apresentou ao Senado Federal o primeiro projeto de lei que instituía um Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM). O projeto defendia a redistribuição de renda para todas as pessoas de 25 anos ou mais que não recebessem um mínimo determinado.

* Graduado em Pedagogia pela UESB. E-mail: joventino.silva@bol.com.br. Orientador: Reginaldo de Souza Silva - Doutor em Educação Brasileira. Professor responsável pelas disciplinas Didática e Política Educacional – UESB / DFCH.

Sob o discurso de atenuar as desigualdades sociais, encontradas no seio da sociedade, programas baseados na proposta de Suplicy vêm sendo implantados no Brasil. Entre eles se encontra o Programa de Renda Mínima Vinculado à Educação – “Bolsa-Escola” (BE), do Governo Federal.

Neste sentido, este trabalho busca analisar o referido programa, para identificar sua influência na promoção de ações que possam ser concebidas como políticas sociais voltadas, principalmente, para as áreas econômica e educacional, levando em consideração a visão das famílias envolvidas, confrontado-as com determinado marco teórico e conceitual.

Desta forma, tem como objetivo geral aferir qual a contribuição do Programa de Renda Mínima Vinculado à Educação – Bolsa-Escola, na construção de perspectivas socioeducativas dos beneficiários, no município de Vitória da Conquista-BA; e tem como objetivos específicos: a) investigar as condições econômicas, educacionais e sociais dos beneficiários do BE antes de receberem o benefício; b) caracterizar as contribuições do BE no contexto econômico, educacional e social, de beneficiários do programa e de seus familiares.

Esta pesquisa foi desenvolvida na cidade de Vitória da Conquista, localizada na região Sudoeste do Estado da Bahia, com 270.364 habitantes. Neste município, 22.537 alunos beneficiados pelo BE, no ano de 2003, no ensino fundamental, correspondem a, aproximadamente, 35,10% dos alunos matriculados.

O presente trabalho utilizou como amostra dois estabelecimentos educacionais da rede pública, do ensino fundamental, com localidades geograficamente diversificadas dentro desse município, uma situada na periferia e outra, nas imediações do centro da cidade, que contavam com um número significativo de estudantes beneficiários.

Na seleção, foi levado em consideração o aspecto socioeconômico das localidades/bairros, entendendo que, nas imediações do centro da cidade, as condições, principalmente econômicas, são mais favoráveis do que as da periferia.

Previam-se que os estudantes que se encontravam matriculados no estabelecimento educacional, localizado no centro da cidade, morassem nesse bairro. Não obstante, apenas 7,5% da amostragem residiam nas imediações do centro; os demais residiam em bairros periféricos e na zona rural.

Os sujeitos da pesquisa foram dezesseis beneficiários do Programa Bolsa-Escola e os seus respectivos familiares. Para entrar em contato com os familiares dos bolsistas, foi solicitada aos dirigentes de cada escola escolhida uma relação, contendo nomes de bolsistas, os responsáveis por eles e os endereços.

Estava prevista a seleção de dez bolsistas de cada estabelecimento educacional, somando um total de vinte estudantes. No entanto só foi possível estabelecer contato com dezesseis dos vinte selecionados pela dificuldade de acessibilidade dos endereços e locomoção entre os bairros.

Os dados foram colhidos através de entrevistas, com os responsáveis, utilizando-se um formulário, contendo questões sobre a situação socioeconômica, acompanhamento educacional e um roteiro de observação sobre as condições do bairro.

A coleta de dados documentais se processou desde o primeiro momento em que a pesquisa se iniciou, no mês de junho de 2003. Utilizou-se, entre as fontes, documentos oficiais do: Ministério da Educação e Cultura (MEC); Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE); Secretaria da Educação Municipal do município de Vitória da Conquista-Ba.

Além dessas fontes documentais, foram utilizadas referências bibliográficas ligadas, direta e indiretamente, ao tema em consideração neste trabalho, numa tentativa de compreender melhor a dinâmica social frente às disparidades sociais existentes em nossa sociedade. Para uma melhor compreensão, a seguir, serão apresentados os principais fatores que contribuíram na estruturação social brasileira e seus mecanismos e/ou políticas criadas em busca de atender aos novos paradigmas vigentes.

2 - POLÍTICAS DE COMBATE À POBREZA: Novas categorias para velhos problemas

Procuramos aqui apresentar e analisar fatores estruturantes e geradores da pobreza extrema, das disparidades sociais e as possíveis ações e/ou programas criados na tentativa de combater essas dificuldades enfrentadas no seio de nossa sociedade. Resgataremos um breve histórico dos principais acontecimentos sociais e econômicos que impulsionaram posturas políticas e sociais que proporcionaram um agravamento da miséria entre os brasileiros na atualidade. A análise se limita a uma observação da maneira pela qual o Brasil se organizou a partir da década de vinte, abordando os fatores que influenciaram no aparecimento de programas de combate à pobreza após o ideário do *Welfare State*,¹ (nos países europeus e nos Estados Unidos).

2.1 – As crises econômicas, sociais e o aparecimento do *Welfare State*

No início do século vinte, puderam constatar inúmeras crises econômicas e políticas em todo o mundo. A situação se acentuou, com a Segunda Guerra Mundial deflagrada em 1939. Em consequência foram impostas sanções comerciais, econômicas, políticas e sociais a determinados países de pequeno porte e, desta forma, houve um impacto mundial, de modo especial, no crescimento da pobreza e miséria; como sempre, a parcela social mais afetada ficou sendo a de menor poder aquisitivo.

Com este quadro, novas exigências sociais e econômicas determinaram uma redefinição da figura do Estado que teve que buscar novos mecanismos para a sua reestruturação. O modelo que até então prevalecia não mais atendia aos novos paradigmas que foram impostos, os quais prometiam garantir melhores condições a todos os segmentos sociais.

Após o período de guerra (1939-1945), acompanhado pela recessão, começaram a surgir políticas voltadas para a área social. A exemplo do *Welfare State*, em determinados países desenvolvidos. Neste momento, com base em reivindicações por parte da sociedade civil organizada, foram formalizadas políticas sociais na tentativa de proporcionar, através do Estado, medidas de proteção social em nível mais amplo, uma vez que as políticas existentes restringiam-se às relações contratuais de trabalho, ficando outras demandas sociais a cargo da filantropia (BONFIM e SILVA, 2003).

No Brasil, historicamente, a estrutura política nunca garantiu o estado do bem-estar. Enquanto os países desenvolvidos buscavam reformular o modelo político e econômico em busca de proporcionar à população um maior bem-estar social, no Brasil a situação era totalmente diferente. A princípio, ele se encontrava no meio de várias crises econômicas, principalmente, pelo fato de ter o seu cenário político baseado no modelo oligárquico, em que prevaleciam os poderes dos coronéis mineiros e/ou paulistas que buscavam garantir meramente seus interesses, deixando a população à mercê da própria sorte; este período teve seu fim no início da década de trinta.

Em seguida, o país se estruturou com base em alternância com regimes ditatoriais e sua organização estabelecida, pouca coisa ou nada foi feita para garantir a efetivação do Estado do Bem-Estar Social.

¹ *Welfare State*, ou Estado do Bem-Estar Social, é compreendido, pela intervenção direta do Estado, em sua estrutura, a partir de programas públicos destinados a proporcionar um nível mínimo de vida às pessoas com menores possibilidades econômicas. Ou seja, implantar e ampliar políticas públicas em esfera social. Os principais Programas se relacionam com: pensões e serviços para os cidadãos em caso de aposentadoria, doença, incapacidade, morte, desemprego entre outros, (BONFIM e SILVA, 2003).

Ao contrário de um modelo de Bem-Estar Social, o que mais se observou no cenário brasileiro foi o acúmulo de capital por uma minoria em oposição ao empobrecimento de um contingente populacional muito elevado. Essa desigualdade se processa pela má distribuição de renda e poder; gerando a necessidade de discutir propostas de re-distribuição de renda e poder frente às disparidades sociais existentes.

2.2 – A pobreza e a re-distribuição de renda no Brasil

As décadas de vinte, trinta e início de quarenta registraram diversas crises econômicas, políticas e sociais, atingindo o modelo vigente de Estado. Essas crises geraram múltiplas implicações em todos os países, com ênfase nas rupturas radicais em torno da reestruturação estatal.

Essa forma de estruturação política e social proporcionou a uma significativa parcela da população brasileira condições muito precárias, remetendo-a a uma situação de extrema pobreza e miséria. Este é um dos principais fatores que fazem com que o cenário social brasileiro se enquadre, simplesmente, na penúria. Um dos motivos que marca essa situação caótica está na maneira pela qual as políticas voltadas para a área social são estruturadas, quase sempre, de forma compensatória e excludente, em que parte da população fica à margem das decisões a serem tomadas e de possíveis benefícios gerados.

Dentro deste contexto, vêm sendo implantados programas relacionados a políticas públicas, denominados de Garantia de Renda Mínima (PGRM), que procuram oferecer um suporte às famílias para educar seus filhos. Esses programas consistem no repasse de dinheiro a determinado público alvo; caso sua renda não alcance o mínimo determinado, os contemplados recebem um complemento financeiro. Os principais beneficiários desses programas são idosos, órfãos, indigentes, portadores de deficiências entre outros.

No Brasil, os primeiros economistas a proporem um programa de renda mínima foram Antônio Maria da Silveira, em 1975, e Edgar Bacha, em 1978. Mas foi, no início da década de 90, que o Senador Eduardo Suplicy apresentou um projeto à Câmara dos Deputados, visando implantar um PGRM. Conforme afirma Fonseca (2001, p. 99-100), o projeto defendia uma “complementação de renda aos indivíduos maiores de 25 anos, cujos rendimentos mensais fossem inferiores a determinado patamar de renda. A complementação equivaleria a 30%, da diferença entre a renda auferida e o mínimo estabelecido”. O projeto recebeu parecer favorável e sofreu algumas modificações.

Ao final da década de 90, havia diversos PGRMs, implantados em esferas Federal, Estadual e Municipal. Alguns PGRMs, denominados de Bolsa Escola, se aproximavam da proposta do Senador Suplicy, (SILVA, 2002).

Em 1995, foram implementados PGRMs, em várias cidades e estados brasileiros. Campinas-SP e Brasília-DF foram as duas cidades pioneiras e vincularam esta experiência à escolarização de crianças. O Programa, em Campinas-SP, tinha como público alvo famílias de baixa renda e se chamava “Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima (PGRFM)”, uma adaptação da proposta de Suplicy. Em Brasília, durante o governo popular (1994-1998), implantaram-se os programas Bolsa-Escola e Poupança-Escola. Aos beneficiários da Bolsa-Escola eram pagas as quantias equivalentes a um salário mínimo. Já a Poupança-Escola se tratava de depósitos em conta poupança em nome do beneficiário, caso ele fosse aprovado ao final do ano letivo; o beneficiário poderia sacar a quantia, acumulada, após concluir a quarta série ou a oitava série do primeiro grau (ensino fundamental). O programa se desenvolveu e se tornou conhecido nacional e internacionalmente.

Com base nesses programas, que serviram de exemplos dentro e fora do país, foi criado em 2001, pelo Governo Federal o Programa de Renda Mínima vinculado à educação – Bolsa-Escola (BE). Esse programa se diferencia e muito do Programa Bolsa-Escola, implantado no

Distrito Federal (DF), principalmente em sua estruturação. O Programa no DF caracterizava-se por ser uma política educacional e contava com um suporte de várias secretarias, entre elas a Secretaria de Ação Social a qual buscava dar um suporte às famílias assistidas através de ações paralelas às questões educacionais, tais como apoio psicológico, social, acompanhamento do desenvolvimento das famílias, assistência médica entre outras; o Programa pagava uma quantia equivalente a um salário mínimo a cada conjunto familiar. No BE, criado pelo Governo Federal, a quantia é de R\$ 15,00 por criança e de, no máximo, R\$ 45,00 por família. Por si só já revela a discrepância entre os programas.

O BE é um programa de complementação de renda e prevê elevar o bem-estar de famílias carentes e incentivar a escolarização de seus filhos ou dependentes. Tem como objetivo central aumentar o acesso e permanência no ensino fundamental de crianças beneficiárias; e como objetivos secundários: a) melhorar as condições financeiras e a qualidade de vida das famílias, aumentando assim sua auto-estima; b) aumentar o grau de escolarização das populações assistidas; c) melhorar o nível de emprego; d) permitir maior inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho formal; e) maior capacidade de geração de renda pela família; f) reduzir a pobreza e o nível de desigualdade.

Este programa tem como público alvo as famílias com renda *per capita* mensal de até 90 reais, com crianças de 6 a 15 anos de idade, regularmente matriculadas no ensino fundamental. As crianças são consideradas como as principais beneficiárias do programa, devendo freqüentar a escola, desenvolver a aprendizagem, participar das ações socioeducativas, completar com sucesso o ano letivo e concluir o ensino fundamental. As famílias são livres para se cadastrarem ou não no programa.

O recurso é pago ao responsável legal pelo bolsista e seu valor é R\$ 15,00, por criança e no máximo R\$ 45,00, por família. O BE prevê, ainda, a participação, em conjunto, das escolas, Conselho de Controle Social (CCS) e município, em sua organização e encaminhamentos.

As escolas têm o papel de controlar a freqüência escolar dos alunos bolsistas e promover atividades extras. O CCS fica responsável por avaliar e controlar o desenvolvimento do programa no âmbito municipal, aprovar o cadastro das famílias selecionadas e verificar os registros de freqüência escolar a serem encaminhados trimestralmente à Secretaria do Programa Nacional de Bolsa Escola (SPNBE).

Pela estruturação do BE, percebem-se traços relevantes na tentativa de promoção de um programa social que possa atender, de forma afirmativa, toda a sua demanda, de maneira a contemplar seus anseios frente às dificuldades enfrentadas por ela.

Não obstante, percebe-se que as políticas sociais no Brasil, quase sempre, têm pouca funcionalidade pelo motivo de delas serem fragmentadas e, geralmente, assistencialistas. De acordo com Bezerra e Fernandes (2000, p.95), “embora consumam grandes somas de recursos públicos, as políticas sociais terminam por ser mais eficazes para os grupos de agentes (políticos e sociais) interessados em sua concessão do que, propriamente, para os públicos-alvo que pretendem beneficiar”.

Neste cenário, parcela dos recursos destinados a determinada população carente é desviada, ficando essa população impossibilitada de manter uma vida digna com o mínimo de satisfação nos aspectos financeiros, educacionais, moradia adequada, saúde, transporte, entre outros, mantendo-se numa situação de pobreza e miséria.

Desta forma, para avaliar essa situação, é preciso abarcar o real significado de pobreza. Para tanto, será necessário entender tal fenômeno, levando em consideração seus fatores estruturantes em suas múltiplas dimensões. Nesse processo, é preciso analisar os fatores de causas e efeitos para, então, compreender sua estruturação na sociedade.

Nesta análise, compreendemos que o principal fator gerador de pobreza se encontra na concentração de renda e poder; levando em consideração que há uma forte relação entre os

fatores econômicos, políticos e culturais para sua manutenção. Neste sentido, evidencia-se que se trata de algo multidimensional.

De acordo com Silva (2002), a pobreza pode ser concebida a partir de três eixos: pobreza material, representada com base na ausência de bens e serviços básicos; pobreza intelectual, que determina o desenvolvimento cultural, ideológico, científico e político do ser humano; pobreza social, que nega a integração no coletivo como direitos plenos, a participação na sociedade e respeito dentro do coletivo.

Conforme Demo (1994, p. 19), “Pobreza é o processo de repressão do acesso às vantagens sociais” e pode ser concebida de diversas formas. Entre as que se destacam estão: pobreza socioeconômica, que é compreendida como a deficiência material imposta, a qual gera precariedade do bem-estar social e pobreza política, que se manifesta na dificuldade histórica de conseguir a superação das condições necessárias para exercer a prática da cidadania.

Os reflexos da pobreza perpassam por diversos seguimentos da esfera social; entre os principais estão: o sistema público de educação e saúde, alimentação, arte, cultura, lazer, moradia, transporte, saneamento básico entre outros. Desta forma, observa-se que as conseqüências proporcionadas por ela e “os efeitos das desigualdades sociais incidem sobre espaços, regiões, etnias diferentes, mas atinge, sobretudo, os mais pobres” (BEZERRA e FERNANDES, 2000, p. 62). Por isso, ao abarcar o fenômeno da pobreza, se torna necessário analisar, se não todos, ao menos alguns dos principais fatores, os que auxiliam em sua estruturação. Dentre tais fatores, veremos a seguir alguns relacionados com a educação.

2.3 – O quadro educacional brasileiro e suas disparidades regionais

Percebendo que um dos agravantes da pobreza se encontra na maneira pela qual os indivíduos de uma determinada sociedade se apropriam dos recursos políticos, culturais e econômicos, torna-se evidente que a educação, seja ela informal ou formal, exerce importante papel em toda a conjuntura no que diz respeito à promoção social como também à dependência.

Por isso, ao buscar compreender essa problemática, faz-se necessário analisar a situação educacional em suas múltiplas dimensões, desde o seu grau embrionário, representado pelo nível da população alfabetizada, perpassando pela educação básica, chegando ao grau mais avançado, traduzido aqui pela educação superior.

Em relação ao cenário educacional, percebe-se, de acordo com dados do INEP, BRASIL (2002), que há várias disparidades regionais. Os dados de natureza socioeconômica apontam as extremas desigualdades em algumas regiões, como exemplo: as Regiões Norte e Nordeste, (Amazonas, Amapá, Maranhão, Piauí, Ceará, Alagoas, Bahia), têm menos de 3% de pessoas de 24 a 34 anos com nível superior, ao passo que alguns poucos Estados possuem mais de 8% (Distrito Federal, São Paulo e Rio de Janeiro). Ainda assim, baixíssimos se comparados com os índices de alguns países vizinhos e indicadores mínimos da UNESCO.

Em relação ao percentual de alunos do ensino fundamental atendidos em escolas com bibliotecas, a média brasileira é de 55,9%. O Rio Grande Sul (RS) conta com 90,1% de seus alunos atendidos. O Estado da Bahia (BA) ocupa uma posição desprivilegiada, apenas 27,1%, dos estudantes contam com tal recurso.

Outro aspecto relevante, para ser analisado, encontra-se na distorção idade série; uma vez que a média brasileira é de aproximadamente 30,1%, e o Estado Baiano se encontra com a percentagem mais elevada de toda a federação, com aproximadamente 63,1%; comparando com a média nacional, ocupa uma posição superior ao dobro.

De acordo com o relatório do Programa Internacional de Avaliação de Alunos - Pisa, (*apud* BRASIL, 2003), a distorção idade, série, a disparidade social, a baixa renda da população e a qualidade das escolas são os principais fatores que ocasionam o baixo desempenho dos estudantes. O Brasil, em relação aos 41 países que participaram desta pesquisa, que buscou

avaliar as condições de aprendizagem dos estudantes na educação básica, apresenta a maior desigualdade social (59,1, escala de *Gini*²).

Além da escala de *Gini*, há outros fatores que também implicam esta análise e não podem ser deixados de fora. Trata-se de questões relacionadas com a saúde pública e participação social. Desta maneira, cabe, até mesmo de forma rápida, abordar tal questão para uma melhor compreensão da questão estudada.

2.4 – A saúde pública e a participação social

Dentre os fatores mencionados, a questão da saúde pública merece ser discutida e analisada, amplamente, quando a questão se relaciona com a pobreza, miséria e/ou bem-estar social, já que se relaciona intimamente com o índice de desenvolvimento humano (IDH), tendo um forte impacto na dimensão social.

Partindo de um viés histórico e social, percebe-se que, sobre a saúde pública no Brasil, desde o período colonial, pouca ou nenhuma atenção foi dada à implantação, manutenção e ampliação de mecanismos que viessem garantir à população, como um todo, a prevenção de doenças e o acesso adequado e eficaz a um sistema de saúde.

Podemos constatar que, ao longo da história, houve um grande descaso por parte daqueles que estiveram à frente das decisões, para resolver as questões relacionadas às áreas sociais. Por isso a saúde pública não recebeu a atenção necessária para desenvolver, de fato, ações em busca de uma maior proteção social, principalmente no atendimento daqueles que necessitam de seus serviços.

Para Bertolli Filho (1998), mesmo com toda a defasagem histórica, no desenrolar da estruturação da saúde pública no Brasil, houve alguns avanços que, só aconteceram a partir da participação e reivindicação de segmentos da sociedade organizada. Sem reivindicações desses segmentos sociais, a situação ainda seria pior.

Mesmo com os avanços, é observado que há um certo distanciamento por parte da população. E isso acontece, talvez, pela insuficiência de espaços e cultura que propicie a intervenção e participação popular. A maior parte da população fica sem ter a oportunidade de participar ativamente em seu processo democrático por causa da forma pela qual esse artifício se estrutura. Sob a retórica de um Estado democrático, observa-se que a democracia, talvez, não seja alcançada por todos. E, para verificar até que ponto a democracia avançou num dado país, segundo Bobbio (2000, p. 40), “o certo é procurar perceber se aumentou não o número dos que têm o direito de participar nas decisões que lhes dizem respeito, mas os espaços nos quais podem exercer este direito”.

Percebendo que a democracia não se expandiu a todos e que a realidade socioeconômica e educacional não oferecem as mesmas oportunidades aos vários segmentos sociais, buscaremos, na seção seguinte, analisar o reflexo do BE naquilo que diz respeito à superação da pobreza social e educacional das famílias beneficiadas, as quais foram pesquisadas.

3 - LIMITES E PERSPECTIVAS NO COMBATE À POBREZA SOCIAL E EDUCACIONAL

O perfil das famílias investigadas revela que as mesmas são compostas por uma média de 5,5 pessoas. Em relação à educação formal, as mães investigadas não tiveram oportunidade de

² Índice de Gini: É a medida do grau de desigualdade na distribuição de renda (ou de outras variáveis, tais como terra, consumo, propriedade industrial etc.) entre indivíduos, famílias e grupos dentro de um país, região, estado ou município. Seu valor pode variar de zero (perfeita igualdade) até um (desigualdade completa).

ingressar no sistema educacional. Este fato pode ser constatado com base no grau de escolaridade, em que 50% dos entrevistados se declararam analfabetos.

Levando em consideração que a família exerce papel fundamental para a formação e educação de seus filhos e, também, pode exercer grande contribuição na educação formal dos mesmos, observa-se que uma quantidade muito grande dos responsáveis pelos bolsistas possuem uma defasagem educacional. Isso pode ocasionar uma impotência por parte desses responsáveis em acompanhar seus filhos nas tarefas escolares, assim como no processo de aprendizagem. Desta maneira, Sipavicios (1987) salienta que as crianças de classe mais elevadas encontram no bojo da escola de prestígio, ou bem estruturadas com as devidas instalações nas dimensões físicas e humanas e de suas famílias, condições necessárias de incentivo e compensação, que suprem com as eventuais deficiências da escola. Já as crianças mais pobres, com baixo nível de escolaridade, não contam com esses recursos, sua aprendizagem escolar depende, exclusivamente, da escola pública.

Analisando a precariedade em que se encontra o sistema educacional brasileiro, conforme demonstrado em seção anterior, observa-se que a população investigada se encontra em grande desvantagem em seu processo de educação formal. Tudo isso gerado pela precariedade educacional, condições econômicas e sociais.

Em relação às condições econômicas, de acordo com os entrevistados, antes de aderirem ao Programa, onze famílias contavam com uma pessoa trabalhando, duas não tinham ninguém, contando apenas com um dos membros, recebendo aposentadoria e três famílias contavam com duas pessoas trabalhando.

Após a adesão ao Programa, nenhuma das famílias conseguiu ingressar no mercado de trabalho formal. Mesmo assim, em quatro famílias, houve o ingresso de um membro de cada família no mercado de trabalho informal. Neste caso, reduziu de onze para sete o número de famílias que contavam somente com uma única pessoa trabalhando; outras duas, que antes não tinham ninguém trabalhando, continuaram da mesma forma; e subiu de três para sete o número de famílias com duas pessoas trabalhando, gerando, assim, um aumento de 25%.

Apesar deste aumento, essas pessoas que começaram a trabalhar, na informalidade, conseguiram uma renda que variava entre R\$ 80,00 a R\$ 100,00. De acordo com entrevistados, tais atividades, mesmo aumentando a renda, não geraram melhoras substanciais em relação às inúmeras carências enfrentadas pelas famílias. Somente as aliviaram. Todos garantem que essa mudança não teve nenhuma relação com o Programa Bolsa-Escola, e que a quantia gerada com tal atividade é baixa e não proporciona nenhuma garantia real a família. Sendo apenas: “Um pequeno quebra galho” (entrevista A).

Quanto a um dos objetivos centrais do BE, “permitir maior inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho formal”, observamos que não está sendo alcançado em relação às famílias pesquisadas, tampouco houve avanços significativos no campo financeiro e na inserção ao mercado de trabalho formal, uma vez que somente quatro pessoas entre as famílias começaram a trabalhar após o recebimento da bolsa; as mesmas afirmaram não ter relação alguma com o Programa. Além dos trabalhos serem no campo da informalidade, a remuneração gerada por eles se encontra abaixo de meio salário mínimo.

Outro aspecto importante para análise se encontra na renda familiar. Mesmo com 87,5% das famílias, tendo uma ou duas pessoas trabalhando, a renda da maioria delas, cerca de 75%, é igual ou inferior a R\$ 250,00. Essa baixa renda familiar pode acarretar impacto negativo aos seus membros atingindo, principalmente, as crianças, as quais podem ter o seu desenvolvimento (afetivo, educacional, emocional e social) afetado. É evidente que a questão econômica não é a única variável que determina tal contexto. Conforme Demo (1994), além da pobreza econômica, a qual gera inúmeras precariedades, há outros tipos de pobreza e que o bem-estar social vai além da mera aquisição de bens materiais e econômicos.

Neste contexto de pobreza e miséria, permeado por uma enorme disparidade social, uma significativa parcela da população enfrenta inúmeras dificuldades, que vão desde a falta de recursos financeiros, impedindo uma manutenção adequada e digna, até a precariedade dos serviços públicos, tais como educação, saúde, saneamento básico, transporte, entre outros, sendo que a população investigada se encontra neste cenário. Neste caso, a população de baixa renda é a que mais sofre em meio a tantos problemas sociais e políticos, principalmente, para manter seus filhos na escola sem que os mesmos adentrem precocemente no mercado de trabalho. Quando isso acontece, é acarretada para as crianças uma série de problemas, especialmente, no âmbito da aprendizagem.

Mesmo com esse quadro desfavorável para as famílias de baixa renda, alguns acreditam que a educação pode resolver parte de seus problemas, proporcionando-lhes condições melhores, principalmente, no que se refere ao mercado de trabalho formal. Para elas, a principal importância atribuída à educação se relaciona com a empregabilidade. Algumas falas reforçam tal afirmação: 50% afirmaram que, a partir da educação, torna-se possível a inserção no mercado de trabalho formal. “Com o estudo a gente consegue um emprego bom” (entrevista F); “É preciso estudar para poder trabalhar. Porque, até pra trabalhar de faxineira está pedindo o segundo grau” (entrevista G); “É só ter formatura que consegue um emprego” (entrevista A).

Entre os entrevistados, 25% acreditam que, a partir dos estudos, é que alguém consegue vencer na vida, no que diz respeito ao bem-estar social. Outros 25% vêem na educação a oportunidade de ingressar na universidade. Uma das entrevistadas afirmou que a educação é muito importante e outra que “a importância de ter um futuro melhor, ter um emprego, saber conversar em público” (entrevista D).

Em relação aos benefícios que a educação pode proporcionar às famílias, todos os informantes acreditam que, a partir deles, melhorarão de vida nos aspectos financeiros e conseguirão bons empregos.

Analisando essa crença que as famílias têm, em relação à educação, percebe-se que as mesmas perdem de vista ou ignoram a questão do desemprego estrutural que assola a sociedade nos dias atuais.

Além dessa crise no setor empregatício, há outros obstáculos a serem enfrentados pela a sociedade no âmbito educacional. Um deles se encontra no processo de seletividade que o sistema educacional promove, onde existem dois tipos de escolas; uma para as classes menos favorecidas e outra para as classes de maior poder aquisitivo. Sendo que a primeira não conta com os instrumentos necessários e adequados para proporcionar ao seu público uma educação de qualidade. Por isso, acaba deixando-o sem as mínimas condições que venham lhe garantir a permanência e sucesso escolar. E é justamente com o sucesso escolar que as possibilidades de inserção no mercado de trabalho formal se ampliam, possibilitando chances no aumento do poder aquisitivo entre outras coisas.

Outra variável que merece destaque se encontra na estrutura do mercado de trabalho formal, a qual cada vez mais tem seus postos de trabalhos reduzidos, gerando um grande contingente de desempregados, mesmo para aqueles que contam com qualificação profissional; sendo que, nesse universo, os que mais sofrem são aqueles que possuem um baixo nível escolar. Além da falta de empregos, conforme Fonseca (2001, pg. 102), ainda há “um grande número de maus empregos, no sentido de empregos que não oferecem possibilidade de acessão profissional, treinamento e perspectivas futuras a seus ocupantes”. Neste ponto, o BE, por si só, não proporciona nenhuma mudança satisfatória.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realidade tem demonstrado que um grande número de brasileiros se encontra abaixo da linha de pobreza, gerando, com isso, grandes dificuldades para a manutenção e sobrevivência, principalmente, das crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social.

Na tentativa de atenuar tais problemas, o Governo vem implantando Programas na esfera social, como o Programa de Renda Mínima Vinculado à Educação – “Bolsa-Escola” (BE), sempre com o discurso de promover um maior bem-estar das famílias mais pobres, dando-lhes uma quantia em dinheiro para garantir o acesso de seus filhos, entre sete a dezesseis anos, à escola. No entanto este trabalho buscou compreender o impacto desse Programa, nos aspectos econômico, educacional e social de uma amostra de beneficiários.

Ao analisar o perfil das famílias, que fizeram parte da amostra, tornou evidente que, realmente, são carentes e necessitam de um suporte no âmbito social para poderem satisfazer às necessidades mais básicas, tais como moradia, alimentação, vestimenta, transporte, lazer entre outros.

Já em relação à forma em que se estruturam os PGRM, o BE pode ser concebido como uma ação afirmativa no âmbito das políticas públicas, uma vez que disponibiliza certa quantia financeira para as famílias beneficiárias, complementando suas rendas, além de incentivar a permanência das crianças e adolescentes na escola. Mesmo contando com esse aspecto positivo, é observado que as disparidades sociais no Brasil são inúmeras e vão além da mera aquisição de recursos financeiros e do ingresso das crianças na escola; essas duas dimensões por si só não garantem o sucesso escolar, tampouco a acessão financeira, uma vez que, para proporcionar tal efeito, as camadas menos privilegiadas sócio e economicamente, depende de outras políticas públicas, tais como a promoção e/ou melhoria da qualidade de serviços sociais, os quais são primordiais para a manutenção e desenvolvimento adequado das populações carentes. Entre esses serviços públicos, se destacam: saúde, educação, moradia, saneamento básico, lazer, entre outros serviços básicos.

Observou-se ainda que, mesmo o BE prevendo, em seus objetivos secundários, “melhorar as condições financeiras e a qualidade de vida das famílias”, isto está longe de acontecer, pois esse Programa não conta com o suporte necessário, por parte dos diversos segmentos, nas esferas econômica e/ou social, para promover melhoras significativas, rompendo com a situação de pobreza em que se encontra o seu público alvo.

No âmbito educacional, isto se torna evidente por conta do sistema público de educação, o qual se encontra defasado, e sem as mínimas condições humanas e materiais que possam possibilitar aos usuários um diferencial em sua entrada, permanência e sucesso escolar.

Já no campo financeiro e da inserção no mercado de trabalho formal, foi observado que não houve avanços significativos. Apesar de 18,75% das famílias terem se inserido no mercado informal, a quantia gerada com tal atividade é irrisória e não proporciona nenhuma garantia real para sanar com os vários obstáculos enfrentados por eles.

Ademais, mesmo com os beneficiários do BE demonstrando satisfação com o recebimento do recurso fornecido pelo Programa, eles não percebem que suas necessidades básicas vão além daquilo que o dinheiro junto com as ações, promovidas a partir do BE, pode lhes proporcionar; isto se as ações estivessem sendo operacionalizadas conforme o previsto. Coisa que não está acontecendo. Sendo assim, pode ser que os envolvidos tenham perspectivas de acessão social e educativa. Só que o modelo econômico, político e social brasileiro não oferece e nem oferecerá as mínimas condições para romper com a situação de pobreza e miséria que assola essa sociedade se não forem criados mecanismos que permitam uma redistribuição de renda e poder.

Para desfazer esse quadro e garantir, de fato, as condições necessárias para a efetivação de uma vida digna para a população, é preciso que haja a participação dos principais envolvidos.

Neste caso, os pobres teriam que atuar como atores e autores de todo o processo em busca de concretizar/materializar o direito à cidadania plena. Para que isso aconteça, é necessário que se criem mecanismos de participação social, especialmente para as classes populares, em busca da ruptura de toda essa situação de disparidade social, seja na esfera econômica, política e social, acompanhados dos devidos instrumentos garantidores de bem-estar social para toda a população.

REFERÊNCIAS

BERTOLLI FILHO, Cláudio. *História da saúde pública no Brasil*. 2ª ed. São Paulo-SP: Editora Ática, 1998.

BEZERRA, Maria do Carmo de Lima, FERNANDES, Rubem César (coordenação geral). Brasília: Ministério do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; Consócio Parceria 21, 2000.

BOBBIO, Norberto. *O Futuro da Democracia*. 7ª ed.: São Paulo. Paz e Terra, 2000.

BONFIM, Washington Luís de Sousa e SILVA, Irismar Nascimento da. *Instituições políticas, cidadania e participação: a mudança social ainda é possível?*. Rev. Sociol. Polit., nov. 2003, no.21.

BRASIL, *Geografia da Educação Brasileira* / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Brasília: O Instituto, 2002.

BRASIL, Ministério da Educação. *PISA - Relatório Nacional*. Disponível em: <<http://www.mec.gov.com.br>>. acesso em: 02 set. 2003.

DEMO, Pedro. *Política Social, Educação e Cidadania*. Campinas, SP: Papirus, 1994.

FONSECA, Ana Maria Medeiros da. *Família e Política de Renda Mínima*. São Paulo: Cortez, 2001.

SILVA, Reginaldo de S. *AValiação de Políticas Públicas: Os Resultados do Programa Bolsa-Escola do Distrito Federal na Visão dos Envolvidos*. Marília: UNESP, 2002.

SIPAVICIOS, Nympha. *O Professor e o Rendimento Escolar de Seus Alunos*. São Paulo: EPU, 1987.